



Conselho Regional da Madeira

Relatório de Atividades

2017

Funchal, 20 de março de 2018

Índice

I. Introdução	3
II. O Conselho Regional da Madeira (CRMOA)	6
1. Composição do CRMOA	6
2. Distribuição dos pelouros do CRMOA	6
III. Serviços Administrativos e Expediente Geral	7
1. Secretaria e expediente geral	8
2. Inscrição de advogados e advogados estagiários	8
IV. Sigilo Profissional	10
V. Diligências no âmbito do artigo 75.º do E. O. A	11
VI. Apoio Judiciário / Acesso ao Direito	11
VII. Procuradoria Ilícita	14
VIII. Formação	15
1. Comissão Nacional de Estágio e Formação	16
2. Estágio	16
3. Formação Contínua	19
IX. Outras Atividades	20
X. Conselho Consultivo da Comarca da Madeira	20
XI. Parcerias e Protocolos	21
XII. Imagem e Comunicação	21

I. Introdução

Nos termos do disposto na alínea i) do número 1 do artigo 54.º e número 6 do artigo 182.º, ambos do Estatuto da Ordem dos Advogados (EOA), aprovado pela Lei n.º 145/2015, de 09 de Setembro, cabe ao Conselho Regional submeter à aprovação da Assembleia Regional o relatório de atividades e contas do exercício, com referência a 31 de Dezembro do ano anterior, neste caso 2017, ano em que tomaram posse, no dia 01 de fevereiro, os novos membros do Conselho Regional para o Triénio 2017-2019, num mandato de continuidade, de rigor e transparência, com um desenvolvimento equilibrado das atividades, num Conselho Regional que procura sempre a proximidade e o contacto pessoal direto, designadamente com os principais órgãos da Ordem dos Advogados, tão importante na articulação permanente e na constante harmonização de procedimentos e de interpretações.

O Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados manteve, no ano 2017, uma participação presencial ativa em todas as reuniões com o novo Bastonário e com o Conselho Geral que retomam importantes procedimentos de proximidade, consideração e respeito institucional.

Do mesmo modo, a participação presencial no Conselho Geral da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) tem sido assegurada, órgão no qual a Madeira registou expressamente o desempenho positivo da sua nova Direção que, em tão pouco tempo, começa a reerguer a Instituição, depois dos tempos conturbados da anterior Presidência do Dr. Ferreira de Almeida, que culminaram com a aprovação de um Regulamento absolutamente incoerente, injusto, desajustado e desadequado que se tenta agora equilibrar.

A cooperação e claboração institucional com a estrutura de gestão da Comarca da Madeira tem sido constante, com contactos permanentes com o Juiz Presidente, Desembargador Paulo Barreto, tendo a Ordem dos Advogados, ainda, para além do mais, participado nas reuniões do Conselho Consultivo, onde se encontra agora representada pelo Dr. José António França Pitão.

Na formação, especificamente na formação inicial, este Conselho Regional procurou continuar a aumentar em 2017 os padrões de transparência, rigor e exigência, optando sempre pelos formadores de maior competência e assegurando o cumprimento das orientações estabelecidas pela Comissão Nacional de Estágio e Formação, tendo, inclusivamente, no período que mediou entre setembro e dezembro de 2017, presidido à Subcomissão de Coordenação dos Centros de Estágio.

No que diz respeito à formação contínua e outros eventos formativos, procurou sedimentar-se uma formação presencial regular, num plano anual, mantendo-se sempre a formação à distância em parcerias com a Unidade de Formação Jurídica e Judiciária à Distância do Observatório Permanente de Justiça Portuguesa do Centro de Estudos Judiciais da Universidade de Coimbra, bem como com o Conselho Geral da Ordem dos Advogados.

O Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados realizou e promoveu conferências e eventos formativos de grande regularidade, dimensão e abrangência, destacando-se as seguintes Conferências e Jornadas: “O Urbanismo à Luz do Desenvolvimento e da Sustentabilidade”, as “II Jornadas de Direito da Família”, as “Jornadas de Direito da Comunicação Social”, “Os 50 anos da entrada em vigor do Código Civil”, “Acesso ao Direito: Jornadas Nacionais do IAD - Encontro com os Advogados da Madeira”, “Contratação Pública e Contencioso Pré-Contratual à Luz do Código dos Contratos Públicos Revisto”, o “Seminário Direito do Desporto e Políticas Desportivas”, “Conferência do Direito do Trabalho” e “Os Regulamentos em Matéria de Sucessões, Regimes Matrimoniais e das Uniões de Facto”.

Efetivamente, tais eventos, para além de toda a componente técnico jurídica, lançam o debate, a discussão, a reflexão e permitem um reforço de competências, numa atualização permanente de conhecimentos em importantes áreas de intervenção do advogado, enquanto sensibilizam a sociedade para o papel do advogado e para a importância da advocacia.

Na formação, destaque, ainda, para a celebração, no ano de 2017, de protocolos de cooperação formativa com o Centro de Estudos Judiciários, com a Universidade da Madeira e com o ICJP – Instituto de Ciências Jurídico Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa.

No que concerne aos Recursos Humanos, este Conselho Regional integra o grupo de trabalho dos Recursos Humanos da Ordem dos Advogados que almeja instituir uma uniformidade de procedimentos em todos os Conselhos Regionais, contribuindo, assim, para um melhor aperfeiçoamento de todos os seus serviços.

A sensibilização da sociedade para a importância da Advocacia, o combate empenhado à procuradoria ilícita e à desjudicialização da Justiça continuam a ser prioridades deste Conselho Regional. Na prossecução desses interesses e atribuições, procurou consciencializar os vários serviços públicos, nomeadamente Conservatórias e Serviços de Finanças, para a importância da luta contra a procuradoria ilícita, na defesa dos direitos e garantias dos cidadãos. Este Conselho Regional esteve, e estará sempre, atento a todas as denúncias que lhe foram participadas, promovendo de imediato todas as diligências necessárias para a verificação de eventuais actos ou condutas ilícitas, dando o competente e adequado seguimento processual.

O Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados continua a dedicar especial atenção ao acesso ao direito e ao apoio judiciário, mantendo elevados níveis de eficiência, com respostas céleres e precisas a todas as solicitações, sempre no cumprimento rigoroso de todas as normas e preceitos legais. O Conselho Regional acompanha, sempre, o processo de validação, regularização e pagamento dos honorários no âmbito deste patrocínio.

A Semana Regional do Advogado constitui uma das principais iniciativas deste Conselho Regional que tomou posse em 01 de fevereiro de 2017 e, como tal, manteve-se na Madeira um programa ambicioso e diversificado que continua a incluir: (i) a formação, através da realização das II Jornadas de Direito da Família no dia 15 de maio; (ii) um evento de cariz solidário, concretizado com a celebração do protocolo solidário com o Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família do Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus; (iii) a assinatura de um protocolo com a VENCOM – Associação da Comunidade de Imigrantes Venezuelanos na Madeira; (iv) a habitual celebração da Missa de Sufrágio em Memória dos Advogados Falecidos e Ação de Graças pelos Advogados no Ativo, no dia 19 de maio, na Sé Catedral do Funchal; e (v) o convívio e as atividades lúdico desportivas, através do já

tradicional jogo de futebol entre Advogados e Tribunal, que, este ano, se realizou no Estádio do Marítimo.

O Conselho Regional promoveu, ainda, o habitual jantar da Semana do Advogado e o jantar de Natal. Merece referência a participação, pelo quarto ano consecutivo, de uma equipa do Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados na tradicional Volta à Cidade do Funchal – Corrida de São Silvestre, sob o já conhecido lema “Siga o Seu Advogado”.

II. O Conselho Regional da Madeira (CRM)

1. Composição do CRM

Presidente

Brício Martins de Araújo

Vice-Presidente

Paula Margarido

Vogais

Magna Escórcio

Carla Menezes

Mariana Pinto Cruz

José Pinheiro Gonçalves

2. Distribuição dos pelouros do CRM

Relações Institucionais

Brício Martins de Araújo

Sigilo Profissional

Mariana Pinto Cruz

Área Financeira

Brício Martins de Araújo

Recursos Humanos

Paula Margarido

Estágio, formação inicial e contínua

Paula Margarido

Acesso ao Direito

Carla Menezes e José Pinheiro Gonçalves

Procuradoria Ilícita e Questões Profissionais

Mariana Pinto Cruz

Pareceres e Legislação

Paula Margarido

Contratos, Protocolos e Jovem Advocacia

José Pinheiro Gonçalves

Eventos, Cultura, Comunicação, Desporto e Lazer

Magna Escórcio

III. Serviços Administrativos e Expediente Geral

1. Secretaria e expediente geral

Número de correspondência recebida	2320
Número de correspondência enviada	2132
Certidões emitidas	1

2. Inscrição de advogados e advogados estagiários

Inscrições de Advogados

ANO	2017
Requereram a inscrição	32
Deferidos	32
Suspensos/Outros	21
Pendentes	0
Indeferidos	0

Inscrições de Advogados Estagiários

ANO	2017
------------	-------------

Requereram a inscrição	13
Deferidos	13
Suspensos/Outros	0
Pendentes	0
Indeferidos	0

Dados relativos ao Estágio

Dados	2017
--------------	-------------

Pedidos de prorrogação do tempo de estágio	4
Pedidos de mudança de comarca e de patrono	7
Pedidos de levantamento de suspensão	0
Pedidos de suspensão da inscrição	0
Pedidos de repetição de exame final de avaliação e agregação	1
Pedidos de revisão de exame final de avaliação e agregação	2
Pedidos de revisão da prova escrita de agregação	2
Pedidos de repetição de prova oral de agregação	0

Número de Inscritos

Dados a 31/12	2017
N.º de advogados activos inscritos	421
N.º de advogados activos reformados inscritos	33
N.º de advogados estagiários inscritos na 1.ª fase	13
N.º de advogados estagiários inscritos na 2.ª fase	22

IV. Sigilo Profissional

Pedidos de Dispensa de Sigilo Profissional

Dados	2017
Pedidos de dispensa de sigilo profissional	7
Deferidos	0
Deferidos parcialmente	3
Indeferidos	3
Aguardam informação adicional	0
Não carecem de apreciação	0
Arquivados	0
Pendentes de decisão	1

V. Diligências no âmbito do artigo 75.º do E. O. A.

O Conselho Regional da Madeira acompanha os atos judiciais referentes a penhoras, buscas e despejos em escritórios de advogados, no âmbito do artigo 75.º do Estatuto da Ordem dos Advogados e do artigo 177.º n.º 5 do Código de Processo Penal.

No decorrer do ano de 2017, foi solicitada a intervenção do Conselho Regional da Madeira para o acompanhamento a um ato de buscas em escritório de advogados.

VI. Apoio Judiciário / Acesso ao Direito

O Serviço do Apoio Judiciário do Conselho Regional da Madeira desenvolve a sua actividade com base no regime previsto na Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, republicada pela Lei n.º 47/2007, de 28 de Agosto, que estabelece o sistema de acesso ao direito, bem como, em toda a legislação, doutrina, pareceres e jurisprudência existentes sobre essa matéria.

O Conselho Regional da Madeira, através do Pelouro do Acesso ao Direito, decide todas as vicissitudes criadas pelos advogados e pelos beneficiários, emite pareceres quando solicitados e responde a todas as solicitações que lhe são dirigidas pelos advogados e pelas autoridades judiciárias, policiais e outras entidades que participam no sistema de acesso ao direito e aos tribunais, no âmbito da sua competência territorial.

Como em anos anteriores, o Conselho Regional da Madeira remete para os dados estatísticos definitivos do Apoio Judiciário/Acesso ao Direito de 2017 do Conselho Geral, uma vez que o SINOA (Sistema de Informação da Ordem dos Advogados) é gerido a nível nacional.

É de salientar que são entregues, diariamente, no Conselho Regional da Madeira processos que necessitam de uma análise urgente, em virtude de estar agendada alguma diligência ou de se encontrar a correr algum prazo processual.

Não obstante o acima referido, de acordo com os dados disponíveis, registam-se os seguintes números que não se desviam muito do ano anterior:

Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais

Dados	2017
Nomeações Segurança Social	1376
Nomeações Tribunais 2268 + 907(escala)	3175
Nomeações Órgãos de Polícia Criminal GNR-18; PJ-19; PSP-289; SEF-1	327
Nomeações Julgados de Paz	47
Vicissitudes	818

Tipos de vicissitudes	
Suspensão da inscrição do Advogado na O. A.	0
Saída do Advogado do AJ	62
Rectificação da S. S.	16
Reclamação / Pedidos de informação	19
Prorrogação do prazo de propositura	31
Processo não encontrado no Tribunal	0
Pedido de substituição do patrono pelo beneficiário	127
Outros	140
Não confirmação dados (2.ª devolução IGF)	3
Morte do beneficiário	5
Mudança de domicílio / Comarca	0
Inviabilidade da acção	37
Falta de colaboração do beneficiário	26
Escusa / Dispensa de patrocínio	234
Duplicação de processos	6
Devolução de expediente do beneficiário	0

Desistência da nomeação por parte do beneficiário	48
Dar sem efeito a nomeação	62
Pedido de informação do Tribunal	0
Arquivamento	0
Comunicações do Tribunal por falta de nomeação	2

Outros Despachos	
Processos arquivados no sistema SINOA	91
Pedido de informação do Tribunal	75

No âmbito do Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais, o Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados e o IAD – Instituto de Acesso ao Direito promoveram, na Madeira, no dia 14 de julho de 2017, uma conferência sobre Questões Práticas no Acesso ao Direito que se enquadrou nas Jornadas Nacionais do IAD.

VII. Procuradoria Ilícita

Processos de procuradoria Ilícita

Processos	2017
Transitados do ano anterior	2
Autuados	0
Pendentes a 31/12	2

Julgados	0
Resultaram em queixa-crime	0
Arquivados	2

Na **Comissão Nacional de Prevenção e Combate à Procuradoria Ilícita**, a representação do Conselho Regional da Madeira foi assegurada pela Vogal Mariana Pinto da Cruz. Esta Comissão, atendendo à crescente proliferação da prática de crimes de procuradoria ilícita e de usurpação de funções das profissões de advogado e solicitador, com prejuízo efetivo dos cidadãos, a vários níveis; Considerando que as medidas preventivas e punitivas da prática da procuradoria ilícita se mostram insuficientes ficando aquém do desejável; Vindo a experiência sucessivamente a demonstrar que a redação inicial da Lei não exprimiu corretamente o espírito do legislador, criando dificuldades aos seus intérpretes e aplicadores; Verificando-se ainda que a referida Lei não acautelou suficientemente a dignidade do exercício destas profissões forenses; Considerando-se útil e necessário rever a natureza das infracções e das responsabilidades previstas, à luz do interesse público que a Ordem dos Advogados prossegue no âmbito das suas atribuições estatutárias na defesa do Estado de Direito e dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos bem como o dever de colaboração na administração da justiça e a especial legitimidade nesta matéria; Atenta a necessidade de actualizar, redefinir e delimitar os atos próprios dos advogados elaborou uma proposta de Lei que submeteu à Assembleia da Republica.

VIII. Formação

O ano 2017 fica definitivamente marcado por eventos formativos de grande regularidade, dimensão e abrangência, destacando-se os seguintes: “O Urbanismo à Luz do Desenvolvimento e da Sustentabilidade”, as “II Jornadas de Direito da Família”, as “Jornadas de Direito da Comunicação Social”, “Os 50 anos da entrada em vigor do Código Civil”, a “Contratação Pública e Contencioso Pré-

Contratual à Luz do Código dos Contratos Públicos Revisto”, a “II Conferência do Direito do Desporto e Política Desportiva”, a “Conferência de Direito do Trabalho”, e “Os Regulamentos em Matéria de Sucessões, Regimes Matrimoniais e das Uniões de Facto (Parcerias Registadas)”.

Efetivamente, tais eventos lançam o debate, a discussão, a reflexão e permitem uma atualização permanente de conhecimentos em importantes áreas específicas de intervenção do Advogado, bem como a sensibilização da sociedade para o papel do advogado nessas áreas e para a importância da Advocacia.

1. Comissão Nacional de Estágio e Formação

À Comissão Nacional do Estágio e Formação da Ordem dos Advogados cabe adotar as resoluções no âmbito das matérias do tirocínio, emitindo pareceres e coordenando os Centros de Estágio na realização concreta dos princípios gerais da formação e dos respetivos programas de estágio em vista da tão desejada uniformização de procedimentos.

Ora, sendo esta Comissão constituída por oito membros indicadas pelo Conselho Geral e os restantes sete membros indicados pelos respetivos Conselhos Regionais, a mesma reúne mensalmente para que possa ser feita a prossecução coordenada dos fins e objetivos do tirocínio. Daí que o Conselho Regional da Madeira, e por intermédio da Vice-Presidente Paula Margarido, responsável pela formação e Presidente do Centro de Estágio, tenha participado, presencialmente, em oito (8) reuniões, tendo a sétima reunião desta Comissão sido realizada no Conselho Regional da Madeira no pretérito dia três de novembro.

2. Estágio

Formação Primeira Fase

Formadores

Formadores	Áreas de formação
Dr. França Pitão	Prática Processual Civil
Dra. Inês Santos Pinto	Deontologia Profissional
Dr. Filipe Câmara	Prática Processual Penal
Dr. Fernando Peres	Direito Constitucional e Direitos Humanos
Dr. João Lizardo	Práticas Processuais Laborais
Dr. Roberto Londral	Práticas Processuais Tributárias
Dra. Inês Santos Pinto	Tramitação Processual no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos
Dra. Inês Santos Pinto	Direito Europeu
Dr. Fernando Peres	Direito Constitucional e Tramitação Processual no Tribunal Constitucional
Dra. Carolina Nascimento	Direito dos Menores
Dra. Carolina Nascimento	Violência Doméstica
Dra. Reina Neto Pinto	Acesso ao Direito e aos Tribunais
Dr. João Manuel Pita	Branqueamento de Capitais na perspetiva do Advogado
Dr. António Miguel Freitas	Igualdade do Género

Dr. António Miguel Freitas	Direitos Humanos
Dr. Ricardo Vieira	Práticas Processuais Administrativas

Segunda Fase Estágio

Exames Nacionais Finais de Avaliação e Agregação

Ano	Inscritos	Exames	Desistências	Faltas	Aprovados	Reprovados
2017	9	19= 9PE+10PO	0	0	8	1

Prova de agregação

Ano	Inscritos	Exames	Desistências	Faltas	Aprovados	Reprovados
2017	12	24 =12E+12PE	0	0	11	1

Provas Orais de Agregação / Entrevistas das Prova de Agregação

Júris
Dr. Pinheiro Gonçalves/ Dr. Eduardo Alves / Dr. Pedro Quintas
Dra. Inês Santos Pinto / Dr. Roberto Londral / Dr. Ricardo Vieira
Dr. França Pitão / Dra. Reina Neto Pinto / Dr. João Lizardo
Júris
Dra. Carolina Nascimento/ Dr. António Miguel Freitas

3. Formação Contínua

Em 2017, o CRM organizou várias ações de formação contínua para advogados e advogados estagiários, sobre temas jurídicos atuais e de especial interesse para o exercício da advocacia:

- O Urbanismo à Luz do Desenvolvimento e da Sustentabilidade;
- II Jornadas de Direito da Família;
- Jornadas de Direito da Comunicação Social;
- Os 50 anos da entrada em vigor do Código Civil;
- Contratação Pública e Contencioso Pré-Contratual à Luz do Código dos Contratos Públicos Revisto;
- II Conferência do Direito do Desporto e Política Desportiva;
- Conferência de Direito do Trabalho;
- Os Regulamentos em Matéria de Sucessões, Regimes Matrimoniais e das Uniões de Facto (Parcerias Registadas).

IX. Outras Actividades

Em 2017, o CRM divulgou e promoveu igualmente as seguintes actividades e eventos:

- Missa de sufrágio em Memória dos Advogados falecidos e Ação de Graças pelos Advogados no ativo – Sé Catedral do Funchal, no dia 19/05/2017;
- Jantar do Dia do Advogado, no Restaurante “Tipografia” no Castanheiro Boutique Hotel, que contou com a presença do Sr. Bastonário da Ordem dos Advogados, Dr. Guilherme Figueiredo, no dia 15/5/2017;
- Cerimónia de posse dos Delegados presidida pelo Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados, no dia 16/05/2017;
- Cerimónia de Juramento e Entrega de Cédulas Profissionais aos novos Advogados, no dia 16/05/2017;
- Assinatura de Protocolo com a VENCOM – Associação da Comunidade de Imigrantes Venezuelanos na Madeira, no dia 16/05/2017;
- Jogo de Futebol entre Advogados e Tribunal, realizado no Estádio do Marítimo, em 20/05/2017;
- Almoço convívio entre advogados e funcionários forenses e judiciais no Estádio do Marítimo, em 20/05/2017;
- Jantar de Natal no Hotel Tiles Madeira, no dia 15/12/2017;
- Natal Solidário – Recolha de calçado para as crianças e jovens do Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família;
- Participação de uma equipa feminina e masculina do CRM na LIX Volta à Cidade do Funchal, em 28/12/2017.

X. Conselho Consultivo da Comarca da Madeira

Este órgão, criado com a implementação do novo mapa judiciário, é presidido pelo Juiz Presidente, pelo Magistrado do Ministério Público, pelo Administrador Judiciário e integra, também, um representante dos Juizes da Comarca, um representante dos Magistrados do Ministério Público, um representante da Ordem dos Advogados, um representante dos Oficiais de Justiça, um representante da Ordem dos Solicitadores, dois representantes das autarquias da Região e dois representantes dos utentes de justiça, cooptados pelos restantes membros do Conselho.

De entre as competências deste órgão destacam-se as seguintes:

- Dar parecer sobre os planos anuais e plurianuais;

XI. Parcerias e Protocolos

- Centro de Estudos Judiciários (CEJ);
- Universidade da Madeira (UMa).

XII. Imagem e Comunicação

Durante o ano de 2017, o Conselho Regional da Madeira continuou a dinamizar o seu sítio oficial da internet www.oa.pt/madeira, junta da página da Ordem dos Advogados. Tal como no ano anterior, o Conselho Regional da Madeira procurou sempre ter toda a informação, documentos e notícias actualizadas, num processo de constante aperfeiçoamento que se encontra em curso.

Simultaneamente e fazendo uso das redes sociais, o Conselho Regional da Madeira dinamizou regularmente a sua página do Facebook: www.facebook.com/pages/Conselho-Regional-da-Madeira/137409542990048, tendo obtido um excelentes registos em termos de visualizações, “gostos”, mensagens e comentários na sua página. Com efeito, a página do Facebook tem-se revelado um instrumento essencial na divulgação das iniciativas, actividades, eventos e notícias do Conselho Regional da Madeira. Ao longo de 2017, a página ganhou muitos seguidores e acabou o ano com 1478 seguidores e um total de “gostos” de 1526. A publicação das “II Jornadas de Direito da Família”, de 29 de abril de 2017, foi a publicação mais vista no ano 2017 com 55 partilhas e 11.127 pessoas alcançadas.